



REDE SEM FRONTEIRAS

CRISE HUMANITÁRIA NA BÓSNIA-HERZEGOVINA: OS MIGRANTES RETORNADOS PELA UE PERMANECEM BLOQUEADOS E SEM DIREITOS

VISÃO GERAL DA SITUAÇÃO

Em 23 de dezembro de 2020, o campo de refugiados de Lipa na Bósnia e Herzegovina foi fechado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), pois era considerado perigoso e impróprio para o inverno. No mesmo dia, o acampamento foi parcialmente destruído em um [incêndio](#). Desde então, a atenção foi chamada para uma das crises humanitárias mais graves que se desenrolam às portas da Europa.

De acordo com a OIM, mais de 8.000 migrantes estão atualmente bloqueados na Bósnia: enquanto 6.000 deles estão em centros de detenções, quase 2.000 vivem em condições precárias em todo o país. As instalações de recepção estão superpovoadas e inadequadas, o que coloca em risco a vida de milhares de migrantes que dormem em acampamentos improvisados. Nicola Bay, diretor do Conselho Dinamarquês para os Refugiados para a Bósnia, declarou que entre essas pessoas estão famílias, crianças e menores desacompanhados sem acesso a abrigo, serviços básicos ou cuidados de saúde adequados. Apesar das pressões nacionais e internacionais, o prefeito da cidade de Bihać recusou-se a reabrir o campo de Bira, um centro de acolhimento financiado pela União Europeia e fechado em setembro de 2020. Com as temperaturas que caíram abaixo de 25°C, as organizações humanitárias lutam para levar ajuda às pessoas afetadas.

"Está muito frio, sabe, o tempo está chuvoso e muito frio, e não podemos dormir aqui", disse um migrante a um correspondente da BBC.



"Por um lado, o governo central tentou reabrir o sítio Bihać destinado a acolher os migrantes e, por outro lado, as autoridades locais e a população recusaram-se a deixá-los entrar. Os migrantes são apanhados no meio de tudo isso" declarou Peter Van der Auweraert, coordenador dos Balkans ocidentais para a OIM. As preocupantes condições de saúde a que os refugiados estão expostos aumentam a propagação de várias doenças, incluindo o coronavírus. Além disso, é evidente que o contínuo estado de insegurança e violência pesa na saúde mental dos migrantes. No final de janeiro, a ONG local "SOS Bihać" [declarou](#) ter encontrado cadáveres na área. Van Der Auweraert reconheceu ainda que não se tratava de falta de recursos financeiros, uma vez que desde o início de 2018 a UE disponibilizou mais de 88 milhões de euros para ajudar o país a desenvolver a sua capacidade de gestão dos fluxos migratórios. Este montante foi alocado diretamente para a Bósnia e Herzegovina ou através de organizações parceiras de implementação para atender às necessidades imediatas dos migrantes.

As fronteiras externas da UE permanecem fechadas

O fracasso na gestão da crise migratória em países que fazem fronteira com a União Europeia, como a Bósnia, deve-se em parte às práticas de expulsão operadas pela polícia na periferia da União. Desde 2015, quando muitos países da UE (por exemplo, Hungria) fecharam suas fronteiras, cada vez mais pessoas tentam entrar na Europa pela chamada “rota dos Balcãs”, cruzando a fronteira com a Bósnia.

Enquanto as reportagens sobre os abusos e expulsões violentas da polícia croata datam de 2016, o governo croata continua a [rejeitar](#) essas alegações. As expulsões, violentas ou não, são ilegais porque violam o direito internacional, incluindo o princípio da não expulsão e o direito dos migrantes de buscar asilo após cruzar uma fronteira. De acordo com [vários relatórios](#) de outubro de 2020, as deportações da Croácia envolveram ocasionalmente abuso sexual, espancamentos, roubo e detenção ilegal. A polícia raramente, ou nunca, questionou os migrantes sobre as suas circunstâncias pessoais e não lhes deu a oportunidade de pedir asilo. Ao fazê-lo, a polícia de fronteira croata ignora os direitos das pessoas que procuram proteção na Europa, agindo como se a zona fronteiriça fosse um vazio jurídico. As deportações ilegais e injustificadas, bem como os regressos forçados às fronteiras da UE, são uma violação flagrante dos direitos humanos básicos e das leis dos refugiados. Em 2019, foram apresentadas [três denúncias](#) contra a Croácia por três cidadãos sírios. Nestas circunstâncias, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou que a Croácia violou o Artigo 4 do Protocolo 4 (proibição de expulsões colectivas) e o Artigo 13 (direito a um recurso efectivo) da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Além disso, dadas as condições de vida desumanas dos requerentes de asilo na Bósnia, bem como o sistema de asilo inadequado do país, as expulsões na fronteira também violam o Artigo 3 (tratamento desumano ou degradante). No ano passado, cerca de 1.300 migrantes foram devolvidos pelas forças italianas após chegarem à fronteira ítalo-eslovena pela rota dos Balcãs. Em 18 de janeiro de 2021, o Tribunal de Roma [declarou](#) ilegais as expulsões informais. Estas expulsões foram realizadas pela Itália com base em um acordo bilateral com a Eslovênia assinado em 1996, que nunca foi ratificado pelo Parlamento italiano.

A POSIÇÃO DA RSF

A situação descrita acima destaca a ausência de uma política de gestão da migração que funcione adequadamente na Bósnia e Herzegovina, bem como a ausência de um sistema de recepção que proteja a vida e os direitos dos migrantes. Devido à sua atual estrutura constitucional, a Bósnia carece de capacidade para lidar com tal crise, exigindo algum grau de centralização do processo de decisão. Na Bósnia-Herzegovina, o governo central e os cantões, nomeadamente as administrações locais, são responsáveis pela implementação dos direitos humanos. No entanto, a tomada de decisões nesta área é delegada às autoridades regionais, que são responsáveis pela regulamentação do uso do solo local. Esta estrutura organizacional, bem como as [divisões étnicas](#) presentes no país, dificultam a coordenação para uma resposta nacional à migração.

Parar o tratamento degradante na Bósnia

A Rede Sem Fronteiras (RSF) assinala que o sistema político da Bósnia e Herzegovina falhou em fornecer aos migrantes a ajuda humanitária básica exigida pelo direito internacional, e que os governos nacionais e locais continuam a violar os tratados de direitos humanos. Consideramos esta situação inaceitável. A Bósnia e Herzegovina, como parte dos instrumentos internacionais de direitos humanos, deve honrar as suas obrigações. A este respeito, a RSF apoia os apelos feitos pela [Human Rights Watch](#) e pelo [Festival Sabir](#) para exortar as autoridades bósnias a agirem para salvar vidas, identificar moradias adequadas e respeitar os direitos fundamentais dos migrantes. A RSF exorta as instituições da UE, bem como as administrações locais, federais e nacionais da Bósnia, a mobilizar imediatamente os recursos e ações necessários, mesmo recorrendo a acordos bilaterais. Ações concertadas devem ser tomadas para enfrentar adequadamente a crise humanitária e garantir que os requerentes de asilo, atualmente presos em temperaturas glaciais, tenham acesso a acomodações de inverno e assistência médica. Para tal, a Rede Sem Fronteiras defende a reabertura do acampamento de Bira, o que se afigura necessário para garantir que os migrantes anteriormente alojados em Lipa possam ser alojados durante os duros meses de inverno da Bósnia. Além disso, recomendamos que os dez cantões da Federação da Bósnia e Herzegovina implementem um sistema de responsabilidade partilhada no acolhimento dos requerentes de

asilo de forma mais uniforme, uma vez que as estruturas que acolhem os interessados hoje em dia estão localizadas apenas no noroeste do país. Enfim, apelamos às instituições europeias para que assegurem que o financiamento da UE concedido à Bósnia e Herzegovina em dezembro de 2020 ([25 milhões de euros](#)) e em janeiro de 2021 ([3,5 milhões de euros](#)) seja atribuído de acordo com o seu objetivo, nomeadamente, prestar assistência aos requerentes de asilo e para uma melhor gestão dos fluxos migratórios.

Impedir expulsões ilegais nas fronteiras externas da UE

A Rede Sem Fronteiras acredita que as expulsões ilegais e violentas que ocorrem na rota dos Balcãs são uma consequência direta das políticas migratórias europeias que visam deslocar responsabilidades para além das fronteiras da União, negando direitos humanos e recusando a aplicação dos princípios universais sobre os quais o projeto europeu foi fundado. A UE tem precisamente a responsabilidade de apoiar as vítimas de tragédias em grande escala que acontecem fora das suas fronteiras. Acreditamos que, além de alocar fundos, a UE deve desenvolver estratégias de longo prazo com as autoridades bósnias com o objetivo de definir políticas humanitárias e um sistema de asilo eficaz, garantindo um acesso justo ao asilo e condições de acolhimento humanas. As instituições da UE e os governos nacionais dos Estados-Membros devem garantir a evacuação urgente para a União Europeia das pessoas atualmente alojadas nas instalações de recepção da Bósnia. Para que ocorra uma evacuação segura, a UE deve pôr termo à infligência de severo sofrimento físico e psicológico aos requerentes de asilo nas fronteiras externas europeias, bem como à recusa da polícia de examinar o seu estatuto de migração e de reconhecer o seu direito de procura de proteção internacional. A competência dos Estados-membros para manter a integridade das suas fronteiras e a necessidade de controlar a migração nunca devem ser vistas como desculpa para contornar o direito internacional ou violar os direitos humanos. Nesta perspectiva, a Rede Sem Fronteiras acolhe calorosamente as decisões do Tribunal de Estrasburgo e do Tribunal de Roma que confirmaram a ilegalidade das expulsões. No entanto, exigimos o desencadeamento de uma ação judicial concertada a nível europeu para combater essas práticas. A Comissão Europeia deve intervir e responsabilizar os governos em questão pela violação das leis europeias. Além

disso, um mecanismo independente de monitoramento de fronteiras deve ser implementado para prevenir tais abusos. Embora apoiemos o novo [Pacto sobre Migração e Asilo](#) recentemente elaborado pela Comissão, que propõe a criação de tal mecanismo, também consideramos que a aplicação de recursos jurídicos e políticos contra os Estados-Membros que violam a legislação da UE está ausente neste pacto, tornando-o ineficaz. A questão que permanece agora é em que medida o dano causado é reparável.

CONCLUSÃO

A Rede Sem Fronteiras (RSF) está a acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos atuais na Bósnia e Herzegovina, bem como nas fronteiras com a União Europeia, e não pode mais tolerar as condições desumanas em que migrantes e requerentes de asilo são forçados a viver nos centros de recepção da Bósnia. Milhares de pessoas, incluindo crianças e menores não acompanhados, vivem diariamente um pesadelo em meio à indiferença geral, às portas da UE. A este respeito, a RSF apela ao desenvolvimento de soluções duradouras e incita as autoridades a encarregar-se do acolhimento dos migrantes de uma forma adequada e baseada nos direitos. Além disso, as práticas violentas de expulsão que ocorrem na fronteira Bósnia-Croácia devem cessar imediatamente e que as políticas e procedimentos de migração sejam reformulados, tanto a nível nacional como regional, com o objetivo de implementar um sistema capaz de proteger a vida e direitos dos requerentes de asilo. Resta saber se o novo pacto proposto terá sucesso em garantir aos migrantes a possibilidade de buscar proteção internacional por canais seguros e legais.